



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## CLIPPING

DATA  
13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
1 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

### SUMÁRIO

- [ESQUECIMENTO DO CENTRO – O Popular](#)
- [SAÚDE MENTAL EM ALERTA – O Popular](#)
- [É CONTRAPRODUCENTE TABELAR JUROS DO CONSIGNADO – Folha de São Paulo](#)
- [OS RISCOS DA DITADURA DA LIBERDADE – Folha de São Paulo](#)
- [SOB AS GARRAS DO CONSERVADORISMO – Folha de São Paulo](#)
- [DEMOCRACIA EM DISPUTA – Folha de São Paulo](#)
- [POSICIONAMENTO DA META EM AÇÃO DO STF TEM TOM OPOSTO AO DE ZUCKERBERG – Folha de São Paulo](#)
- [PROFISSIONAIS PÚBLICOS RELATAM PRECONCEITO E IMPOTÊNCIA NA ASSISTÊNCIA À POBREZA – Folha de São Paulo](#)
- [UM IMENSO DESAFIO PARA 2025 É A PERDA DA SOBERANIA PARA O CRIME ORGANIZADO – Folha de São Paulo](#)
- [DINO DÁ UM MÊS PARA PUBLICAÇÃO DE NORMAS NO USO DE EMENDAS EM UNIVERSIDADES – O Hoje](#)
- [O AVANÇO DAS INVESTIGAÇÕES E O FUTURO DO BOLSONARISMO NO BRASIL – Correio Braziliense](#)
- [DESAFIOS NA ÁREA FISCAL SERÃO MAIORES EM 2025, AFIRMAM ESPECIALISTAS – Correio Braziliense](#)
- [ECONOMIA CIRCULAR NO COTIDIANO DOS BRASILEIROS – Correio Braziliense](#)
- [ESTOURO DA META DECORREU DE ESCOLHAS DA POLÍTICA ECONÔMICA – Valor Econômico](#)
- [UNIÃO TERÁ QUE ENFRENTAR R\\$ 698,7 BI EM DISPUTAS TRIBUTÁRIAS NO SUPREMO – Valor Econômico](#)
- [VITÓRIAS DA AGU NO JUDICIÁRIO SOMAM R\\$ 1 TRILHÃO – Valor Econômico](#)
- [2024: O ANO DA TRIBUTAÇÃO EM TRANSIÇÃO – Valor Econômico](#)

**JORNAL – O POPULAR – 13.01.2025 – PÁG. 03**

**Esquecimento do Centro**

*Luana Miranda Esper Kallas*

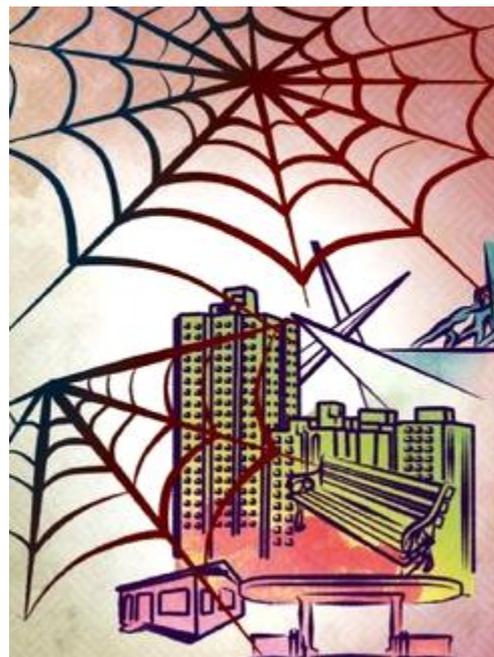
Os grandes engenhos publicitários pioram a situação do esquecido Setor Central de Goiânia, deixando um ambiente urbano caótico. Os novos comércios, importantes para a dinâmica econômica da cidade, que ocupam edifícios no centro de Goiânia, contribuem para uma turbulência visual, desorientando usuários, moradores e transeuntes. Tudo é tão poluído que você já não sabe para onde olhar e o que se procura, todos saem perdendo com tanta poluição visual. Goiânia possui uma lei (Lei Complementar Nº 326, de 3 de janeiro de 2020), que chamaremos de Lei dos Engenhos Publicitários, dispondo sobre a ordenação dos engenhos publicitários desde janeiro de 2020 no Setor Central e em Campinas.

A finalidade é limpar visualmente a cidade trazendo diversos benefícios, entre eles despoluição visual, ressaltando a paisagem cultural, os bens de valor cultural e bens tombados, para visualizarmos a (importante) sinalização de trânsito para a segurança de todos, a proteção do meio ambiente, permitir a manutenção e conservação das edificações, e a tão importante, comunicação visual do comércio.

Todos os comércios deveriam se adequar as exigências da Lei, em relação a tamanho, formato e manutenção dos engenhos publicitários em um prazo máximo de 12 meses a partir da publicação da Lei, mas então tivemos a Pandemia da Covid-19, e as exigências foram deixadas de lado, com toda compreensão que se exigia para o momento. No entanto, a Organização Mundial de Saúde declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à Covid-19 em 5 de maio de 2023, e o Ministério da Saúde do Brasil declarou o fim da Pandemia no Brasil, um ano antes, em 22 de abril de 2022.

Com o fim da Pandemia, esperava-se a retomada da limpeza visual do Centro, mas os edifícios estão, ou com aspectos decadentes e ociosos, ou com engenhos publicitários maiores que o próprio empreendimento, em uma disputa por atenção dos usuários, com uma comunicação visual que não comunica. Dos novos comércios, esperava-se uma limpeza visual, mas alguns passaram da medida com engenhos publicitários desproporcionais à suas fachadas. Mas o que de fato me fez escrever esse artigo foi a mais recente colocação de um grande, colorido e extenso engenho publicitário em uma Loja de Roupas, em um edifício de valor histórico, o antigo Banco do Estado de Goiás (BEG), um exemplar da Arquitetura Moderna bem no Centro de Goiânia, projetado em 1961 pelo Arquiteto Eurico Calixto de Godoi.

O novo engenho publicitário, claramente, descaracterizou o edifício tão importante para Goiânia. Vale ressaltar que há edifícios, como os em que se situam a Americanas, a Farmácia Artesanal e o Banco Santander, esse último na Praça dos Bandeirantes que são um bom exemplo de comunicação visual e apreço



pelo centro. Nesse sentido, pergunto: até quando o Centro de Goiânia será esquecido? A comunicação visual do comércio não está comunicando, mas sim poluindo. Há urgência de se rever os engenhos publicitários e necessidade de um olhar mais atencioso para o Setor Central de Goiânia.

## Saúde mental em alerta

*Glaustin da Fokus*



Como uma folha em branco, o início do ano nos oferece a chance de refletir sobre escolhas, reescrever histórias e adotar hábitos que promovam bem-estar emocional e psicológico. O Janeiro Branco é um convite para olharmos com atenção a nossa saúde mental e a daqueles ao nosso redor. Essa reflexão se torna ainda mais urgente diante do impacto crescente de doenças mentais, como o burnout.

Reconhecida como doença ocupacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022, a síndrome é um fenômeno complexo que afeta cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros, segundo a

Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt). Isso equivale a mais de 30 milhões de pessoas, o que coloca o Brasil como o segundo país com mais casos diagnosticados no mundo.

Embora comumente associado ao ambiente de trabalho, o burnout também se manifesta em situações de estresse crônico fora do mercado profissional. Exemplos incluem a maternidade atípica, que exige dedicação constante e emocional, e o preparo exaustivo para vestibulares e concursos. Em profissionais da saúde, a sobrecarga vivida durante a pandemia evidenciou a dimensão dessa síndrome. Ela resulta de uma combinação de demandas excessivas, recursos insuficientes e falta de períodos de recuperação, fatores que comprometem profundamente a saúde física e mental.

Os sintomas incluem desde alterações gastrointestinais até a perda de interesse em atividades cotidianas, sensação de exaustão extrema e isolamento social. Combatê-los exige mais do que ações individuais, como práticas de autocuidado. É necessário um esforço conjunto que envolva a criação de políticas públicas, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação de estratégias eficazes de prevenção e tratamento.

Foi pensando nisso que propus o Projeto de Lei 1.464/22, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Síndrome de Burnout no SUS. Aprovado na Câmara dos Deputados em 2024, o projeto agora tramita no Senado e, se acolhido, seguirá para sanção presidencial. Além de ampliar o diagnóstico e o tratamento no SUS, a iniciativa busca fomentar campanhas educativas e estabelecer protocolos de prevenção para apoiar milhões de brasileiros.



## CLIPPING

DATA

13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

4 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Relatórios da OMS apontam que transtornos mentais geram bilhões de reais em prejuízos econômicos anuais. No Brasil, onde o burnout atinge uma parcela significativa da população, as perdas incluem afastamentos do trabalho, queda de produtividade e o alto custo para tratar consequências severas da negligência com a saúde mental. O Janeiro Branco é mais do que um chamado à reflexão: é um alerta para que a saúde mental se torne prioridade. Garantir que o SUS esteja preparado para diagnosticar e tratar doenças como o burnout é fundamental. Cuidar da mente é cuidar do futuro, e juntos podemos construir uma sociedade mais saudável e equilibrada.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.01.2025 – PÁG. A2**

### **É contraproducente tabelar juros do consignado**

Governo autoriza reajuste das taxas, o que parece deixar de lado controle populista que ameaçava a oferta do crédito

Com a autorização para aumento nas taxas de juros de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do INSS, o governo, por meio do Conselho Nacional de Previdência Social, dá sinal de que começa a deixar a política de lado em favor da realidade do mercado, em que o custo de capital sobe com a taxa Selic, do Banco Central.

O consignado é um tipo de empréstimo pago com desconto direto nos benefícios previdenciários ou na folha de salários. A legislação permite comprometer até 45% da renda mensal, sendo 35% com empréstimos pessoais, 5% com cartão de crédito e 5% com cartão de benefício. Por ter risco baixo, o consignado se transformou numa das linhas de crédito mais baratas, com elevada penetração de mercado, razão pela qual o governo fará bem em manter o fluxo de novos empréstimos.

Para tanto é preciso fixar taxas realistas para as condições de mercado, capazes de remunerar o custo de captação dos bancos, a inadimplência e as necessidades operacionais, que incluem o pagamento de agentes terceirizados, como é comum nos bancos médios que não contam com rede de atendimento ampla. As taxas de financiamento da modalidade passaram de 1,66% para 1,8% ao mês, ainda abaixo do pleito dos bancos, que pretendiam cobrar 1,99% ao mês. A justificativa do CNPS é que a nova taxa já significa 23,8% em termos anualizados, muito acima do patamar atual da Selic, de 12,25%.

É verdade, porém vale considerar que o custo de captação relevante para empréstimos de prazo longo é a taxa de prazo mais longo, atualmente mais próxima de 15% ao ano. Aparentemente, o novo limite aprovado viabiliza a continuidade de desembolsos, ao permitir a volta de operações com captação terceirizada que haviam sido suspensas por vários bancos. Também parece haver entendimento no governo de que os custos



devem ser ajustados conforme a variação dos juros básicos, um bom sinal depois de vários meses em que o Ministério da Previdência adotava retórica de inspiração populista.

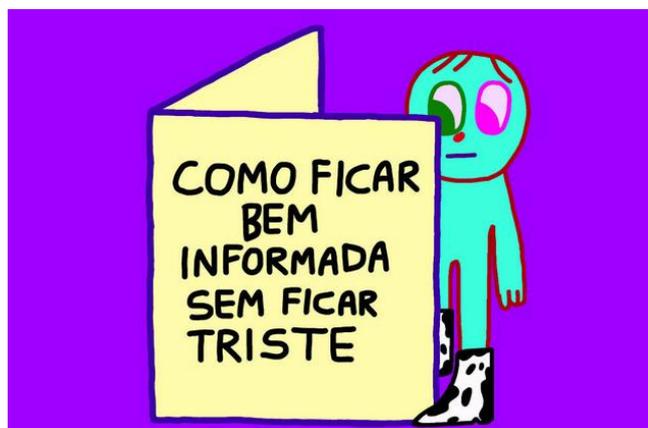
Também é preciso, além das taxas realistas, ampliar a concorrência e minimizar custos operacionais com ganhos de eficiência. Daí a importância de manter bancos médios e outros agentes nesse mercado, com vistas a evitar concentração indevida nas grandes instituições. Melhor mesmo seria deixar que as taxas fossem fixadas a partir da livre competição. Intervenções artificiais nos preços sempre geram problemas de oferta.

### **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.01.2025 – PÁG. A3**

#### **Os riscos da ditadura da liberdade**

Decisão da Meta atravessa nossos votos de amor e paz para 2025

*Carol Tilkian*



Mal tivemos tempo de digerir os votos de amor e paz para 2025 e já somos atravessados por mudanças coletivas que nos presenteiam com um cavalo de Troia. Sob a justificativa de priorizar a liberdade de expressão, Zuckerberg anunciou que a Meta encerrará programas de checagem de fatos e reduzirá filtros para conteúdos sobre identidade de gênero, xenofobia e misoginia. Embora a decisão tenha sido tomada nos EUA, ela reverbera globalmente entre os mais de 6 bilhões de usuários de Instagram e Facebook. O resultado? Uma liberdade que embala discurso de ódio e polarização.

Vivemos a era da "ditadura da liberdade". Percebo na clínica e na sociedade um aumento de pessoas angustiadas, solitárias e perdidas. Somos, segundo a OMS, a população mais ansiosa do mundo e a mais deprimida da América Latina. Nesse contexto, a vivência do desamparo estrutural apontado por Freud se dá de forma aguda. Mas, em vez de encararmos nossas faltas, buscamos o colo das "grandes mães digitais" — grupos que pensam como nós, oferecem soluções simplistas e apontam o outro como causa de todo mal. Direcionamos nosso mal-estar à civilização, achando que estamos nos defendendo, mas estamos definindo coletivamente.

No radicalismo e nas fake news –compartilhadas 70% mais que as verdadeiras– encontramos validação imediata, que nos protege da angústia e incerteza. Essa lógica reforça um mundo dividido entre o absolutamente bom e o absolutamente mau, como descreveu Melanie Klein na posição esquizoparanoide. Julgamos, punimos e banalizamos diagnósticos, sustentados pela crença de que "o inferno são os outros", como dizia Sartre. Nunca falamos tanto em mães narcisistas, parceiros tóxicos e chefes obsessivos. Livres para emitir opiniões ao mundo, eliminamos ambivalências e criamos guerras pessoais que parecem nossa única defesa. Será?

"Faça amor, não faça guerra", lema dos anos 60, soa utópico hoje. Mas talvez lutar por uma "democracia do afeto" seja revolucionário. Antes de vilanizar o namorado, a amiga ou a mãe, se dê o tempo para um diálogo construtivo. Em vez de julgar e punir pelo "eu não faria assim", já tentou compartilhar como se sente, o que é importante para você, e ouvir o outro com abertura genuína? Se discursos de ódio nascem do desejo de pertencimento, o amor precisa despertar em nós o desejo de compreender.

A alteridade é parte constitutiva da experiência humana assim como a falta. Precisamos voltar a desenvolver formas mais saudáveis de lidar com elas. Como diz Winnicott, é no espaço potencial —entre o eu e o outro— que florescem a criatividade e a verdadeira liberdade. Esse é o lugar do diálogo, onde menos certezas e mais dúvidas, menos ódio e mais curiosidade podem abrir caminho para uma convivência mais humana.

### Sob as garras do conservadorismo

O comprometimento com diversidade e inclusão mostrou-se sujeito a pressões políticas e tendências do mercado

Ana Cristina Rosa

Reconhecimento, justiça e desenvolvimento são os pilares da Segunda Década Internacional para os Afrodescendentes (2025-2034), reeditada pela Assembleia geral das Nações Unidas, em dezembro, para promover a efetividade de direitos humanos.

Receio que a iniciativa esteja fadada ao fracasso. Não só porque uma década (ou duas, no caso) é pouco para deslindar o trágico legado dos séculos de escravidão africana. Mas também porque as principais causas da insuficiência da Primeira Década (2015-2024) —falta de investimentos, baixo incentivo institucional e pouco compromisso— não foram resolvidas.



Para completar, o comprometimento com diversidade, equidade e inclusão mostrou-se sujeito a pressões políticas e tendências do mercado. E o cenário global mudou. Nos Estados Unidos, por exemplo, o retrocesso nos chamados programas DEI (de diversidade, equidade e inclusão) cresceu desde que a Suprema Corte (de maioria conservadora) proibiu, em 2023, o uso de critérios raciais em processos de admissão acadêmica. Na Universidade Harvard, a decisão resultou no menor número de alunos negros matriculados na faculdade de direito desde o Movimento pelos Direitos Civis, na década de 1960.

A iminência do governo Trump também alimenta a ideia equivocada de que ter sucesso depende só de esforço individual, desconsiderando a importância das ações afirmativas para reparar injustiças e combater desigualdades históricas. Nesse sentido, nos últimos dias a Meta (empresa dona do Instagram, Threads e Facebook) anunciou o fim de ações de diversidade, equidade e inclusão, e o McDonald's noticiou a reversão de práticas voltadas à diversidade nos EUA, por exemplo.

Na prática, o que temos em lugar do reconhecimento é a desconsideração da herança africana. Onde deveria prevalecer a justiça, há discriminação. E a desigualdade vigora sobre o desenvolvimento (que implica oferta de oportunidades). É difícil acreditar no êxito de qualquer iniciativa para promover equidade e justiça racial sem o engajamento das empresas.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.01.2025 – PÁG. A7**

### **Democracia em disputa**

Certificação de Trump, posse de Maduro e atos do 8 de janeiro remetem a ameaças de forças retrógradas

*Lara Mesquita*



Adam Przeworski, em artigo intitulado "Quem decide o que é democrático?", discute o conceito de democracia. Em resumo, existem dois grupos: os minimalistas, com abordagem mais procedimental, definem a democracia como um regime em que os cidadãos são livres para escolher e remover governos livremente; e os maximalistas, que a veem como um método para realizar certos valores extrínsecos que consideram desejáveis.

A questão colocada pelo autor é que, enquanto a definição minimalista possa parecer insuficiente para muitos, permite a convivência com forças retrógradas e que até defendam o fim da democracia, os maximalistas não conseguem chegar a um consenso sobre quais são os valores essenciais da vida democrática. Não existe uma vontade geral que contemple a todos, não podemos ser reduzidos a um interesse singular: somos muitos e diversos, com valores e prioridades diferentes. Em uma vida política democrática, aceitamos as derrotas ou que os valores dos grupos que estão nos governando sejam diferentes dos nossos porque os governos são passageiros. Como destaca Przeworski, "as derrotas são sempre temporárias", apenas até a próxima eleição.

As oposições aos governos retrógrados e antidemocráticos precisam se unir para serem bem-sucedidas. Isso só é possível na medida em que considerem o método democrático eficiente para processar os conflitos sobre os valores que a democracia deve perseguir. Apenas quando os brasileiros entenderam a magnitude da ameaça representada pela reeleição de Jair Bolsonaro e se uniram em torno da candidatura de Lula foi possível superar o retrocesso. A chapa Lula-Alckmin e os apoios de Tebet e Marina no segundo turno exemplificam essa aliança pragmática. Já na Polônia, em 2023, forças políticas diversas deixaram de lado temas polêmicos, como a descriminalização do aborto, para formar uma coalizão capaz de enfrentar o PiS.

O debate sobre a democracia e a importância de defendê-la frente às ameaças de forças retrógradas e antidemocráticas parecem especialmente relevantes neste início de 2025. Três eventos significativos remetem a esse tema. A certificação da vitória eleitoral de Donald Trump ocorreu pacificamente e sem

intercorrências, um contraste marcante com o que aconteceu quatro anos antes. Kamala Harris, adversária de Trump na disputa de 2024 e atual vice-presidente, presidiu a sessão do Congresso que formalizou a certificação de seu adversário.

Os atos que marcaram os dois anos dos atentados de 8 de janeiro, quando Congresso, STF e Palácio do Planalto foram invadidos e vandalizados por simpatizantes de Jair Bolsonaro inconformados com sua derrota eleitoral, foram marcados por um esvaziamento político preocupante. Os presidentes da Câmara, do Senado e do STF não estiveram presentes, o que arrisca reduzir uma celebração que deveria ser de todas as forças democráticas do país a um marco apenas da esquerda.

Por fim, a posse de Nicolás Maduro na Venezuela ocorreu após um processo eleitoral marcado por irregularidades e pela ausência das atas que comprovassem a autenticidade da apuração. Esses eventos reforçam a relevância do debate sobre o que é democrático e sobre o papel das alianças políticas para salvaguardar a democracia em tempos de incertezas.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.01.2025 – PÁG. A9**

### **Posicionamento da Meta em ação do STF tem tom oposto ao de Zuckerberg**

CEO fala em 'muitos erros' e 'censura', enquanto empresa descreveu atuação como 'efetiva', 'coerente' e 'contudente'

*Renata Galf*

Em manifestação no STF (Supremo Tribunal Federal) em novembro do ano passado, a Meta usou tom oposto ao agora empregado por Mark Zuckerberg, CEO da empresa, para abordar suas atividades de moderação. Ao invés de falar em "censura" ou em acusar a ocorrência de uma alta quantidade de erros e restrições excessivas —como fez agora o CEO—, no curso de ação que pode resultar em maior responsabilização das redes sociais no Brasil, a Meta defendeu sua atuação proativa.

Com afirmações como a de que a "moderação de conteúdo realizada pela Meta é efetiva" e que a aplicação de suas políticas "engloba uma abordagem coerente e abrangente", a empresa buscava rebater a ideia de que haveria inação por parte dela no combate a conteúdos nocivos. O tom é bastante distinto do de Zuckerberg. "Construímos um monte de sistemas complexos para moderar o conteúdo. Mas o problema com sistemas complexos é que eles erram", disse ele no último dia 7, ao anunciar uma guinada na postura da empresa. "Chegamos a um ponto em que são apenas muitos erros e muita censura."

Ele também anunciou que deixaria de usar filtros automatizados para violações de baixa gravidade: "O





## CLIPPING

DATA

13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

problema é que os filtros cometem erros e removem muito conteúdo que não deveriam", disse o dono da empresa. Já no documento protocolado no STF, apenas dois meses antes, a empresa destacava que sua atividade de moderação se dava com base na "detecção de violações baseadas em denúncias de usuários, tecnologia (com uso de inteligência artificial) e análise humana" e que "os resultados desses esforços são contundentes".

Dizia ainda que isso "demonstra que, para situações objetivas e previstas nos termos de uso, as ferramentas existem e são efetivas no combate à veiculação de conteúdos nocivos. Salienta-se que 98,30% desses conteúdos foram removidos por ação proativa". A Folha questionou a Meta quanto a quais fatos provocaram a mudança de visão sobre a ação de moderação da própria empresa nesse curto intervalo. Também perguntou por que, nas manifestações anteriores, não era divulgada pela empresa a estimativa de erros de moderação. A Meta respondeu que não iria comentar. O Facebook —que faz parte da Meta, junto do Instagram, Threads e WhatsApp— é uma das partes da ação que começou a ser julgada no fim de 2024 no STF e que envolve o Marco Civil da Internet.

O seu artigo 19, ponto principal da discussão pela corte, diz que as redes só estão sujeitas a pagar indenização por um conteúdo postado por terceiro se, após uma decisão judicial ordenando a retirada, mantiverem o conteúdo no ar. À época, a regra foi aprovada com a preocupação de assegurar a liberdade de expressão. Uma das justificativas era que as redes seriam estimuladas a remover conteúdos legítimos com o receio de serem responsabilizadas. Críticos dizem que a regra desincentiva as empresas a combater conteúdo nocivo e querem ampliar as hipóteses de responsabilização.

A Meta defende a constitucionalidade do esquema atual, mas, ao mesmo tempo, busca se blindar das críticas de que só agiria para remover posts problemáticos após ordem judicial. "O artigo 19 do MCI [Marco Civil da Internet] não torna a internet um ambiente anárquico. Como já dito, ele não impede a atuação proativa dos provedores com o escopo de mitigar o risco de a internet ser utilizada para fins ilícitos", diz a empresa nessa mesma manifestação. Também o tom reservado ao Judiciário guarda diferenças relevantes. Na ação no Supremo, ao defender a importância do modelo do Marco Civil da Internet brasileiro, o Judiciário é descrito pela empresa como "órgão constitucionalmente designado para realizar esse juízo de ponderação, garantindo que direitos fundamentais em conflito sejam harmonizados de forma justa e equilibrada".

Já Zuckerberg diz que "países da América Latina têm tribunais secretos que podem ordenar que empresas removam conteúdos de forma silenciosa". Em nota e relatório divulgados pela Meta em dezembro, a empresa voltou a defender sua atuação proativa, em meio ao julgamento do STF, marcado até aquela altura por sessões com fortes críticas às redes. Sob o título "nosso trabalho proativo para proteger a integridade das eleições municipais no Brasil em 2024", a empresa afirmava que "não há inércia da Meta para detectar e agir sobre conteúdos nocivos, ao contrário do que tem se ouvido no debate público".

"Queremos ser claros: não toleramos violência e outros comportamentos nocivos em nossos serviços. E não agimos sobre esses tipos de conteúdos somente quando recebemos ordens judiciais, pelo contrário." "Mais de 95% dos conteúdos com bullying foram identificados pela própria Meta e removidos antes de qualquer denúncia. Nos outros tipos de conteúdos violadores mencionados, esse percentual ficou acima de 99%", dizia ainda a nota. Além disso, no relatório eleitoral publicado na ocasião, a empresa apresentava, como destaque de sua atuação para combater informações falsas, o programa de parceria com agências de checagem —outro alvo de Zuckerberg no anúncio recente.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.01.2025 – PÁG. A14**

**Profissionais públicos relatam preconceito e impotência na assistência à pobreza**

Servidores dizem passar por sentimento de impotência diante de desigualdades, mas encontram conforto no resultado positivo de programas

*Luany Galdeano*



Servidores públicos de municípios, estados e da União precisam atuar em diferentes frentes no combate à pobreza pelo país, desde o apoio a pessoas em situação de rua até a construção de políticas de transferência de renda. No trabalho, esses profissionais afirmam lidar com o sentimento de impotência e com o preconceito contra pessoas pobres. Mas eles afirmam encontrar alento e propósito nos resultados positivos dos programas sociais em que estão engajados, como o Bolsa Família.

Vitor Santana, 38, trabalha para que comunidades mais vulneráveis consigam acesso a um item básico para a sobrevivência: a água potável. Há 13 anos como especialista em políticas públicas do governo federal, ele atuou na maior parte da carreira com o programa cisternas, que implementa tecnologias de baixo custo para promover o acesso à água própria para consumo. O programa atende pessoas de baixa renda, a maioria em comunidades rurais isoladas, principalmente na região do semiárido e na Amazônia. Enquanto na primeira há secas recorrentes e água subterrânea insalubre, na segunda, apesar da abundância de rios, a água costuma ter baixa qualidade.

Vitor atua na gestão do projeto, desde a construção de novas cisternas até o acompanhamento das cidades onde elas já foram implementadas. "São famílias que estão o mais distante possível do Estado e do acesso a políticas públicas. Talvez poucos projetos tenham tanto impacto e cheguem de forma tão efetiva a essas populações como o programa cisternas", diz. Para ele, a logística é o principal desafio de atuar no acesso à água. Organizar a construção das cisternas exige treinar mão de obra e levar material a locais remotos, que, em alguns casos, ficam a dias de viagem dos centros urbanos.

Por outro lado, Vitor afirma que as experiências mais marcantes vêm do contato com os beneficiários do programa, que têm as cisternas como única forma para acessar água potável. "Uma solução tão simples e de baixo custo acaba transformando completamente a vida dessas pessoas. À medida que se oferece uma alternativa para as famílias, elas passam a ter mais de esperança em relação ao futuro." Elder Gabrich, 34, também atua na gestão de políticas públicas, mas com foco em programas de transferência de renda. Ele é servidor de Minas Gerais desde 2013 e, hoje, trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.



## CLIPPING

DATA  
13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
11 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Elder diz que profissionais da área precisam sempre reforçar com agentes públicos a importância de benefícios sociais. Isso porque, segundo o servidor, estereótipos sobre a população de baixa renda podem impactar no investimento da gestão pública em iniciativas do tipo. "Por causa do preconceito de achar que a pessoa é pobre porque não gosta de trabalhar, há uma dificuldade de colocar isso como prioridade na agenda pública, já que uma parte da população acredita que não é importante", afirma.

Na pandemia da Covid-19, Elder foi gerente do programa Renda Minas, para ajudar pessoas em extrema pobreza afetadas pela crise de saúde. Pelo trabalho, ele ganhou, em 2021, o Prêmio Espírito Público, dado a servidores que se destacam em suas áreas de atuação. Para o servidor, a principal motivação para atuar no desenvolvimento social é saber que ele trabalha para a população que mais necessita de apoio do governo.

"É uma entrega direta, com pessoas que precisam de ajuda imediata e que correm risco de vida, por não terem bem necessários para a sobrevivência." No caso Ivana Ramos, 36, o contato com a comunidade mais carente de Salvador (BA) é direto e constante. Ela trabalha na prefeitura há 14 anos e, como assistente social, atende a população em situação de rua.

Na função, ela tenta convencer essas pessoas a buscarem uma unidade de acolhimento, que conta com outros profissionais de assistência social, além de alimentação e espaço para dormir. Mas não é uma tarefa fácil. Segundo a servidora, há muitos que, mesmo debilitados, querem permanecer na rua por não se sentirem à vontade em unidades de acolhimento. "Às vezes, lutamos para conseguir a vaga no abrigo e, depois de dois dias, a pessoa volta para a rua. É um balde de água fria na gente, mas entendemos que estamos aqui para isso, que é a nossa função como profissional lutar para garantir direitos."

O principal para os servidores nesse processo é estabelecer uma relação de confiança com a pessoa, de acordo com Ivana. A partir daí, é mais fácil ajudá-la a entender a própria situação e a aceitar o apoio dos profissionais. Também há servidores que se sentem motivados por atuarem com equipes experientes, que acreditam no impacto do que estão fazendo. É o caso de um especialista em políticas públicas vinculado ao governo federal que, a pedido, preferiu manter anonimato. Ele atuou por 18 anos no Bolsa Família. Participou de uma equipe voltada a parcerias, em que os dados do CadÚnico eram usados para outros projetos sociais do governo. Entre eles, a ampliação da TV digital, em que os inscritos no cadastro puderam fazer a troca gratuita para a televisão mais moderna.

O trabalho dos servidores dessa área foi muito afetado quando o Bolsa Família foi extinto para dar lugar ao Auxílio Brasil, segundo o profissional. Famílias pequenas passaram a receber o mesmo valor que grupos maiores e o benefício era dado sem critérios muito claros, segundo ele. Os servidores precisaram fazer uma revisão dos cadastros quando o antigo Bolsa Família foi instituído: no início deste ano, 1,7 milhão de famílias unipessoais foram excluídas do programa. Esse especialista também já teve que lidar, no próprio setor público, com o preconceito contra pessoas mais pobres e beneficiárias de iniciativas sociais. Ele diz que, apesar disso, os servidores de assistência atuam para desconstruir os estereótipos perpetrados por outros profissionais — e, em alguns casos, conseguem cumprir a missão.

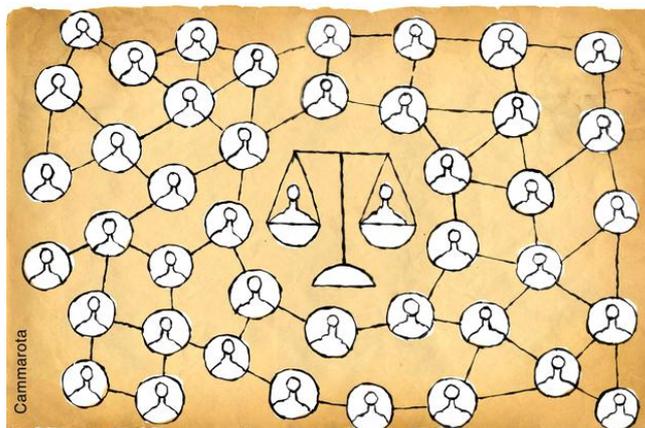
**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.01.2025 – PÁG. B9**

**Um imenso desafio para 2025 é a perda da soberania para o crime organizado**

O país está a deriva e Lula tornou-se um alienado em seu castelo no qual deve vagar durante a noite sem saber onde está

*Luiz Felipe Pondé*

A mídia profissional tem um grande desafio em 2025. O recente discurso do Zuckerberg sobre o recuo no controle dos conteúdos nas suas marcas disparou a histeria de grande parte dos profissionais do ramo quando alguém discorda do entediante mantra "regular as redes ou o fim da democracia". Enquanto ela não abandonar a peste que tomou conta de si nos últimos tempos, sua credibilidade só despencará mais. Não adianta os jornalistas darem uma de virgem no bordel tentando passar a imagem de que são imparciais e não ideologicamente enviesados.



No momento, esse viés é descaradamente a esquerda, e compromete o trabalho do dia a dia, os colegas de redação, a entrega dos conteúdos. Esse mal também acomete aqueles que militam a direita, apesar de esses serem tão poucos, que quase caracterizam uma minoria reprimida. As redes estão a ponto de destruir a credibilidade da mídia profissional, mas a imensa maioria dos profissionais continuam pregando para conversos e achando que ainda enganam alguém fora da bolha. Esse viés destrói a qualidade da informação e produz "desinformação de qualidade".

Os professores nas universidades são responsáveis por essa catástrofe, com suas obsessões e pregações ridículas em sala de aula. Outro imenso desafio é a perda gradual e, talvez, definitiva, da soberania nacional para o crime organizado. O crime está infiltrado em todos os poderes da república e no mercado. Tem seus representantes na sociedade civil e entre os diversos profissionais que trabalham para as organizações criminosas. As ridículas falas dos caciques do judiciário sobre a ameaça de perda da soberania nacional para Musk, Zuckerberg e as plataformas não passam de fumaça e bravatas para encobrir a verdadeira perda da soberania nacional que acontece sob as barbas desses caciques.

Estão prontos a tirar as redes do ar no Brasil e nos reduzir ao Sudão, agora com um globo de ouro. Enfrentar os militares é fácil, quero ver enfrentar o poder judiciário e suas benesses. Uma verdadeira nobreza togada. A Amazônia, afora as bravatas dos que ganham dinheiro e fama "defendendo a Amazônia e seus povos originários", já era. Não há qualquer soberania nacional sobre a Amazônia. Tudo uma farsa, inclusive o showzinho que o Lula deu no início do seu terceiro governo "salvando" os ianomâmis que deixou a esquerdinha verde em êxtase.

Há um mercado imenso de gente e instituições que vivem graças a miséria da Amazônia. Os miseráveis sempre foram expostos a violência explícita ou foram transformados em commodity política para quem diz defendê-los. Não vejo salvação para a Amazônia. Outro bem ruim é a desgraça econômica e fiscal que o

governo atual montou em Brasília. A mentalidade econômica dos petistas é equivalente a condição de analfabetismo histórico.

O país está a deriva e Lula tornou-se um alienado em seu castelo no qual deve vagar durante a noite sem saber onde está, castelo este em que apenas a primeira-dama dá as ordens para garantir seu status social de nova rica, recentemente adquirido, assim como tecendo a trama para que ela chegue à candidata do PT nalgum momento o mais breve possível. O casal real é a imagem brega do país e sua bancarrota. Gastam o dinheiro dos impostos duramente pagos pelos infelizes cidadãos brasileiros com um sorriso cínico na face.

Se o PT levar a eleição em 2026, a fuga de muita gente será inevitável —a começar pelos judeus que percebem, a cada dia, o fedor do antissemitismo exalando da máquina pública do Estado brasileiro. Uma nova vitória do PT em 2026 destruirá o país, como o PT está destruindo o belíssimo estado da Bahia. Outro desafio, ligado diretamente ao anterior, é: qual a opção a miséria petista? A classe política é delinquente na sua quase totalidade. A corrupção do Estado nos seus múltiplos poderes e instituições chegaram a níveis nunca d'antes nesse país. Essa corrupção está intimamente associada ao crime organizado citado acima. Noutras palavras, a corrupção no país hoje faz parte do grande mercado internacional do crime.

A educação é um clássico. Sem qualquer saída. Repetirá ao infinito a destruição das gerações mais jovens do país, sem pena, sem remorso, enquanto se dedica a plumas e paetês como feminismo e teoria de gênero, sem enfrentar sua própria miséria. A saúde será sempre um luxo dos ricos. Parece um beco sem saída. Enquanto não colocarmos um limite nos abusos do judiciário, do legislativo e suas emendas PIX, das obras de péssima qualidade, encarecidas pela corrupção dos atores envolvidos, não há futuro próximo. E o resto é blábláblá.

**JORNAL – O HOJE – 13.01.2025 – PÁG. 02**

### **Dino dá um mês para publicação de normas no uso de emendas em universidades**

Ministro do STF cobrou CGU, AGU e o MEC



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou, neste domingo (12), que a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Educação (MEC) publiquem normas e orientações sobre prestação de contas e uso de emendas parlamentares, por parte de ONGs e Fundações de Apoio a Universidades. O prazo estabelecido foi de 30 dias.

A decisão de Dino aconteceu após um pedido para que a suspensão de repasses, determinação anterior do magistrado, fosse revisada. O ministro alegou em sua decisão que, após uma auditoria sobre as entidades sem fins lucrativos que mais receberam recursos provenientes das emendas parlamentares no ano passado – a grande maioria Fundações de Apoio a

Universidades -, repasses de verba para Organizações Não Governamentais (ONGs) via contratações foram identificadas. Porém, essas instituições contratadas não possuem critérios objetivos, facilitando irregularidades e a ausência de transparência.

Dino ainda implica, em sua decisão, que os estados brasileiros e o Distrito Federal precisam “proceder da mesma maneira, com a finalidade de orientar a aplicação e prestação de contas das emendas parlamentares federais, pelas Instituições de Ensino estaduais e suas Fundações de Apoio”. Com o prazo de um mês estabelecido, a CGU, a AGU e o MEC devem providenciar a publicação das normas e orientações para que as possíveis irregularidades detectadas nas auditorias sejam corrigidas com a transparência exigida.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 13.01.2025– PÁG. 02**

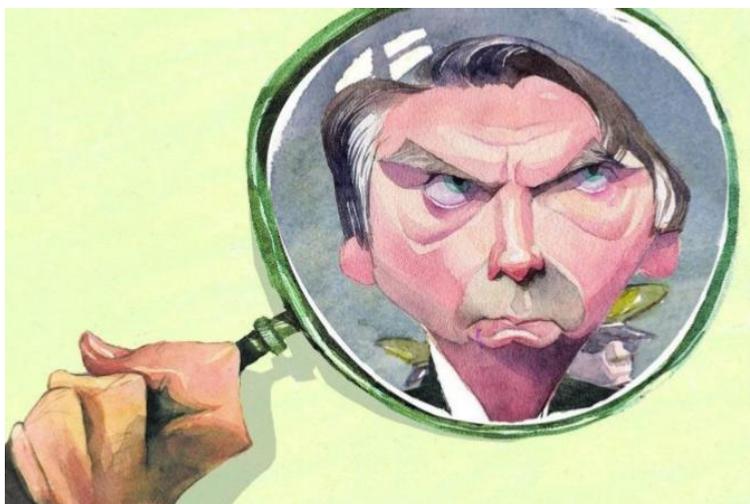
### **O avanço das investigações e o futuro do bolsonarismo no Brasil**

O avanço das apurações contra Bolsonaro e aliados expõe tramas golpistas e fragiliza a narrativa de perseguição. A direita busca estratégias para 2026, enquanto aposta em Trump para ressurgir no cenário político brasileiro

*Luana Patriolino*

Com o desenrolar dos inquéritos conduzidos pela Polícia Federal e o avanço de processos no Judiciário, a Justiça brasileira vai, gradualmente, fechando o cerco aos movimentos antidemocráticos no país. As investigações revelam a gravidade do envolvimento de bolsonaristas em tramas golpistas e os principais expoentes preparam a estratégia de sobrevivência para as eleições de 2026. O cenário, que promete um acúmulo de condenações e desgaste sobre a figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, exigirá dos seguidores uma revisão da relação com o ex-chefe do Planalto.

A ala insiste na narrativa de que o ex-presidente e principais lideranças — entre parlamentares e militares — são perseguidos por exercer a liberdade de expressão. Com a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, os expoentes da direita acreditam que o fato pode exercer pressão (direta ou indiretamente) no Brasil para colocar em evidência Jair Bolsonaro, inelegível até o fim de 2030. O ex-presidente, inclusive, pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a devolução de seu passaporte para que ele possa participar da cerimônia de posse de Trump, em 20 de janeiro. No sábado, Moraes determinou que a defesa do ex-presidente apresente à Corte o convite oficial para a solenidade do presidente americano antes de decidir sobre a devolução do documento.



O avanço das investigações, inclusive, com delações feitas por ex-aliados de Bolsonaro, deve colocar esse discurso e a crença da direita em evidência.



**CLIPPING**

DATA  
13.01.2025

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
15 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Para o cientista político Paulo Ramirez, professor da ESPM, a robustez das provas apresentadas pela Polícia Federal enfraquece o argumento de perseguição política. "Além disso, há vários aliados de Bolsonaro presos, que deverão fazer delações premiadas, e a consequência disso é que haja uma escalada dessas denúncias, alcançando mais do que o umbigo, alcançando o pescoço do Bolsonaro. Vale dizer também que, nesse cenário, há uma constante do próprio ex-presidente de abandonar os seus aliados, como nós vimos durante a gestão dele", destaca Ramirez.

Em dezembro, os agentes da PF recuperaram arquivos deletados no computador do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com detalhes sobre o "Punhal Verde e Amarelo", com falas sobre uma trama golpista, além do planejamento de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do STF Alexandre de Moraes. A tentativa de se aproximar da presidência de Donald Trump também pode falhar, segundo o especialista. "Por outro lado, há uma pressão do Partido Republicano para que o governo de Trump, neste governo, seja mais institucional, de modo que respeite mais a divisão de poderes, o papel das leis, apesar das propostas que deverão entrar em vigor de expulsão de imigrantes e até mesmo aumento das taxas alfandegárias para produtos internacionais, um protecionismo maior à economia americana", explica o professor da ESPM.

Na avaliação do advogado e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo, a direita segue com força no país, principalmente após os resultados da eleição municipal de 2024 — em que o conservadorismo e o centro dominaram prefeituras no Brasil. "É um retrato de um país que ostenta lógicas diferentes de definição de voto nas eleições locais e nas eleições nacionais. Pode afastar o menos radical, mas pode fortalecer o posicionamento daqueles mais radicalizados. Certamente afeta, especialmente caso o presidente eleito dos EUA resolva apoiar com mais energia um candidato da extrema-direita no Brasil", afirma.

### **Na mira da Justiça**

O ex-presidente Jair Bolsonaro enfrentará, em 2025, novas batalhas jurídicas sobre a suposta participação no caso de venda das joias sauditas, na fraude ao cartão de vacina e, sobretudo, na trama para decretar um golpe de Estado no Brasil e anular o resultado das eleições de 2022. No caso da trama golpista, a Justiça se prepara para analisar o inquérito da Polícia Federal que indiciou, além de Bolsonaro, mais 36 pessoas. A denúncia está nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR). Devido ao recesso de fim de ano no STF, que começou em 19 de dezembro e termina em 1º de fevereiro, a expectativa é a de que o julgamento da eventual denúncia ocorra somente no próximo mês.

Na avaliação do advogado Belisário dos Santos Júnior, um eventual julgamento de Bolsonaro provocará grande repercussão internacional com impacto, inclusive, nos EUA. "Não só pela proximidade que Bolsonaro diz ter com Trump e com a direita mundial, mas também pelo lado oposto, por ser essa a primeira vez que um presidente da República no Brasil será levado às barras da justiça e próximo a uma condenação por tentar destruir a democracia, por tentar destruir o Estado de Direito, por tentar impor um regime autoritário declaradamente antidemocrático no Brasil", aponta.

Neste ano, a PF também pediu ao ministro Alexandre de Moraes compartilhamento de informações da investigação da chamada Abin Paralela, um esquema de espionagem ilegal montado na Agência Brasileira de Inteligência. Para a corporação, há conexão entre as ações do esquema e a tentativa de golpe de Estado no país. A polícia aponta que a Abin paralela era usada em favor de Jair Bolsonaro e familiares. O objetivo

seria encontrar situações que desabonasse críticos do governo e criar informações falsas para atacar personalidades que pudessem prejudicar eventual reeleição do ex-chefe do Planalto.

O analista político Melillo Dinis acredita que o futuro do bolsonarismo depende de grandes esforços, como: manter a tropa unida em torno de Jair Bolsonaro, enfrentar a guerra judicial, aumentar o capital político e garantir espaço e visibilidade ao lado da direita. "A grande prioridade congressional será a eleição de uma bancada no Senado capaz de mudar o rumo daquela Casa, que tem servido de contenção às propostas da Câmara. No campo dos nomes, temos o fortalecimento da família Bolsonaro. Se tudo der errado para o patriarca, os filhos serão alçados à condição de candidaturas majoritárias. Por exemplo, Senado e Presidência da República", avalia.

Fábio Andrade, cientista político e professor da ESPM, destaca a dimensão internacional do bolsonarismo em conexão com a extrema direita. "Embora seja um fenômeno muito popular, não é algo tipicamente brasileiro. Está inserido nos movimentos internacionais de expansão da extrema direita, que tem os congressos internacionais e tem toda uma rede de comunicação internacional que está muito à frente no que diz respeito à utilização das novas mídias sociais como meio de propagação, como meio de disseminação e utilização para a comunicação política. Está muito à frente do que qualquer outro adversário", ressalta.

"Então, o bolsonarismo está nesse lugar: da extrema direita internacional, altamente conectada, que utiliza de forma muito mais avançada os instrumentos de comunicação mais atuais. E não é só isso. Eles se alimentam, basicamente, do sentimento em que a economia ficou cada vez mais voltada para a eficiência e a grande diretriz para a tomada de decisão é a economia e, sobretudo, a redução de custos, camadas econômicas são deixadas para trás. Essas camadas econômicas encontram no discurso antissistêmico da extrema direita um viés de comunicação muito forte", completa Andrade.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 13.01.2025 – PÁG. 07**

### **Desafios na área fiscal serão maiores em 2025, afirmam especialistas**

Dificuldade para equilibrar as contas públicas seguirá em pauta e dificilmente o governo conseguirá zerar o deficit primário até 2026

*Rosana Hessel*

O novo arcabouço fiscal tem encontrado dificuldades para ficar em pé desde a sua aprovação e, após a primeira alteração — antes mesmo de um ano de vigência da regra —, em abril de 2024, ganhou uma pequena sobrevida com a aprovação pelo Congresso Nacional do pacote fiscal, proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim do ano passado. Apesar de o governo seguir tentando conter os ânimos do mercado financeiro — maior credor da dívida pública — com o discurso de que tem o compromisso de respeitar o arcabouço, o consenso entre analistas é que um ajuste fiscal de verdade, se





## CLIPPING

DATA

13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ocorrer, virá apenas a partir de 2027, em um novo mandato. A visão dos analistas é que a perna fiscal seguirá manca no tripé macroeconômico, criado desde o Plano Real para buscar o crescimento sustentável da economia.

De acordo com especialistas, as medidas previstas no pacote fiscal foram consideradas insuficientes pelo mercado e a previsão de cortes de gastos pelo governo ficou R\$ 2,1 bilhões menor do que os R\$ 71,9 bilhões estimados inicialmente. E, segundo eles, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dificilmente fará algum corte mais drástico neste ano e no próximo. Essa certeza é que tem feito com que o dólar rompesse o patamar de R\$ 6 desde a apresentação do pacote fiscal, no fim de novembro, diante da perspectiva de piora para a dívida pública bruta que poderá continuar crescendo enquanto o governo não retornar a registrar superavit primário.

O consenso entre as previsões para o fechamento das contas em 2024 é de que o governo conseguirá cumprir a meta do novo arcabouço, mas pelo piso, que permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), e, mesmo assim com vários descontos de gastos que foram retirados da conta, como precatórios — dívidas judiciais da União, que foram pedaladas no governo anterior e ajudaram no fechamento das contas no azul em 2022, o único desde 2014 — e, socorro para as enchentes no Rio Grande do Sul e para as queimadas.

### **Demora**

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), ressalta que o governo demorou muito para divulgar o pacote fiscal. E, quando o fez, anunciou também uma medida de renúncia de isenção do Imposto de quem ganha até R\$ 5 mil, o que contribuiu para a perda de credibilidade do compromisso de reequilibrar as contas, o que fez o dólar disparar e o real desvalorizar quase 30% em 2024. Pelos cálculos da Unafisco Nacional, o impacto nas contas públicas dessa medida pode chegar a R\$ 51 bilhões, mais da metade dos R\$ 69 bilhões previstos com o pacote anunciado.

"Estamos convivendo com deficit nas contas públicas por um período prolongado e, como não há superavit, o rombo fiscal está sendo financiado com aumento de dívida. E, um país em que o governo é deficitário e tem uma dívida alta para cobrir os gastos para estimular a economia, no fundo, gera mais inflação", alerta a economista do Ibre.

### **Dívida Pública**

Analistas alertam que quando a dívida pública bruta de um país emergente como o Brasil, com juros de dois dígitos, fica insustentável, se ultrapassa 80% do PIB. "Com esse quadro de deficit primário, o país é como aquela pessoa superendividada, que acaba gastando e não tem condição de sair do rotativo do cartão de crédito", compara Matos. Vale lembrar que o quadro da dívida pública bruta é bastante preocupante. Em dezembro de 2014, conforme dados do Banco Central, a dívida pública bruta somava R\$ 3,2 trilhões, o equivalente a 63,4% do PIB. E, em novembro de 2024, chegou aos inéditos R\$ 9,1 trilhões, o equivalente a 77,7% do PIB — aumento de 184,4% em uma década. E, para piorar, analistas lembram que o ritmo de aumento da dívida está preocupante, pois acelerou para três a quatro pontos percentuais por ano. Por conta desse quadro, analistas alertam para o risco do forte crescimento da dívida pública sem que o governo consiga voltar a ter superavit primário.



## CLIPPING

DATA  
13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
18 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), demonstra preocupação com o atual quadro das contas públicas. "O quadro fiscal é muito ruim, e, por isso, o governo vem se contentando em cumprir a banda inferior da meta, e, mesmo assim, incluindo despesas em várias exceções. Logo, a dívida continuará crescendo, mas o país não suporta mais isso e, no cenário de referência do Tesouro, o governo depende de aumento de receitas que não estão muito bem explicadas", declara. "O governo está chegando no ponto em que cortar despesa discricionária não será suficiente e será preciso mexer na Constituição e rever as vinculações e outras despesas obrigatórias", alerta.

### Deficit

Pelas projeções do Tesouro divulgadas no fim de dezembro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conseguirá fechar as contas públicas no azul antes de 2027. Já pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, o quadro é muito mais preocupante no cenário base, que prevê superavit primário apenas depois de 2030. Para Alexandre Andrade, diretor da IFI, os desafios do governo seguem sendo aumentar a receita líquida em um ponto percentual do PIB e controlar o ritmo das despesas. "E, nas contas que atualizamos em dezembro, o primário necessário para estabilizar a dívida bruta passou para 2,4% do PIB", acrescenta.

Andrade reconhece também que, com a disparada do dólar e as perspectivas do mercado de uma inflação mais elevada neste ano, podendo ultrapassar 6% e a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 12,25% ao ano, mas podendo ultrapassar 15% em dezembro, fazem com que o cenário pessimista da IFI, que é pior do que o básico, seja o mais provável. Nos dois cenários da entidade, a dívida pública bruta ultrapassará 80% do PIB neste ano. E, no pessimista, ultrapassará 100% do PIB em 2027, algo que só ocorreria em 2030 no básico.

### Ajuste fiscal

O economista e especialista em contas públicas Manoel Pires, professor da Universidade de Brasília (UnB) e da FGV, alerta, também, que os cenários internacional e doméstico exigem que um ajuste fiscal seja feito pelo governo, mas há muitos desafios, após a atividade econômica ter crescido em 2024 acima do PIB potencial, o que gera mais pressões inflacionárias. No entanto, ele considera a reação do mercado financeiro com o pacote fiscal exagerado, pois, na opinião dele, o governo está fazendo o ajuste que é possível. "A economia está pedindo que o governo faça um ajuste fiscal. E o governo apresentou um pacote fiscal, mas ele ficou abaixo do esperado pelo mercado, e ele reagiu mal. Mas existe uma crença errada do mercado, porque, desde 2015, estamos nessa batalha e nenhum governo conseguiu apresentar um pacote fiscal", afirma. Contudo, reconhece que o governo acabou contribuindo para essa reação exagerada do mercado ao misturar os anúncios da isenção do Imposto de Renda junto com as medidas de redução de gastos.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, considera que o pacote deu uma "sobrevida ao arcabouço". "O fiscal fica ruim, tanto pelo primário, que fica com um 'pequeno deficit', quanto pelo nominal, que fica comprometido pelos juros altos. Mas a solução desse problema não é baixar os juros", afirma. Na avaliação de Leal, o governo precisa responder a pergunta sobre o motivo pelo qual os juros estão altos, apesar de o deficit fiscal de 2024 ser menor do que o de 2023. "O problema é como é alcançado esse

'pequeno deficit', uma vez que as receitas estão crescendo a um ritmo de 10% em termos reais, mas as despesas estão crescendo acima desse ritmo. E é isso que faz com que a economia esteja crescendo acima do potencial e a inflação esteja divergindo ao invés de convergindo", explica.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 13.01.2025 – PÁG. 10**

### **Economia circular no cotidiano dos brasileiros**

No dia a dia, inúmeras atitudes podem reduzir despesas e contribuir para a sustentabilidade. Por que não pegar aquilo que está parado em casa e procurar trocar por algo mais útil naquele momento?

Cada vez mais se consolidando como uma nova ordem mundial, a economia circular apresenta conceito e alcance amplos. Essencial para o futuro do planeta, seu fundamento conquista empreendedores, tanto pela necessidade ambiental quanto pelo retorno financeiro, porém ainda há um vasto campo para ampliação, especialmente em relação aos consumidores. Da adesão às empresas que adotam essa premissa à revenda e troca de produtos, são diversas as possibilidades para o cidadão — e que precisam ser incentivadas por governos e instituições.



Nesta época do ano, muitos pais pelo Brasil fazem uso dessa alternativa de forma intensa para renovar o material escolar dos filhos. Livros, mochilas, uniformes e outros itens usados, porém em bom estado de conservação, são vendidos a preços mais baixos, numa rede que ajuda no orçamento familiar, sempre pesado em janeiro com impostos, férias e gastos de dezembro. A questão é fazer essa atividade virar um comportamento.

No dia a dia, inúmeras atitudes podem reduzir despesas e contribuir para a sustentabilidade. Por que não pegar aquilo que está parado em casa e procurar trocar por algo mais útil naquele momento? Ou vender um eletrodoméstico que precisa de reparo para quem pode fazer o conserto sem, simplesmente, descartá-lo no lixo? Mudar essa maneira de consumo da população, fazendo com que um mesmo produto adquira valor por mais tempo no mercado, é um desafio.

Além de um hábito a ser transformado, o intenso estímulo à aquisição de mercadorias bate de frente com a economia circular. Mas o que pode parecer ruim para alguns empresários é, na verdade, um leque de oportunidades. Ao contrário do modelo linear tradicional, o reaproveitamento, a reciclagem e a remanufatura oferecem opções de trabalho e de lucro. Com estratégias bem desenvolvidas, torna-se possível a criação de postos de emprego e de novas fontes de faturamento. A partir da utilização da tecnologia e da aposta na inovação, a circularidade promove o crescimento de maneira sustentável.

No país, a economia circular ainda precisa envolver mais os compradores, protagonistas na cadeia produtiva. Há conquistas importantes nesse quesito, no entanto, não o bastante diante de todo o potencial. A troca e a revenda de mercadorias despontam com variadas hipóteses no cotidiano das pessoas, indo ao encontro da tendência que altera hábitos, contribui para o sustento dos lares e promove a preservação do meio ambiente. Já a reciclagem abre as portas para negócios de sucesso.

No âmbito das empresas, o salto maior da economia circular depende também de condições regulatórias que garantam estímulos, como na tributação. Associar o máximo de desenvolvimento a um melhor uso de recursos naturais é outro ponto. Medidas que envolvem as esferas de governo e passam pelas instituições, num movimento de sintonia, devem ser adotadas. No contexto dos cidadãos, a conscientização e o olhar para as formas criativas de consumo e de produção são a proposta desse tipo de modelo. A vontade de aderir e de expandir o método são a chave desse processo. Os brasileiros, com toda a diversidade do país, têm a chance de transformar as relações de produção e de comércio, sendo exemplos de êxito para o mundo no conceito da economia circular.

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 13.01.2025 – PÁG. A12**

### **Estouro da meta decorreu de escolhas da política econômica**

O custo para desinflacionar a economia é mais alto em virtude da desancoragem das expectativas de inflação e da inércia inflacionária do ano anterior



A inflação oficial superou, pela terceira vez nos últimos quatro anos, o intervalo de tolerância estabelecido pelo regime de metas. O responsável maior por recolocar o índice de preços no alvo de 3% é o Banco Central, que tem mandato legal, autonomia e os instrumentos necessários à sua disposição. A tarefa será tão menos custosa para o setor real da economia quanto maior for o apoio da política fiscal - e quanto menores forem os ruídos políticos em torno do trabalho técnico do BC. O IBGE divulgou na sexta-feira o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2024, que ficou em 4,83%. O percentual supera o limite superior do intervalo de tolerância da meta de inflação, de 4,5%.

Como determina a legislação, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, escreveu uma carta aberta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicando os motivos do novo estouro, as providências que estão sendo tomadas para corrigir o problema e o horizonte em que pretende colocar o IPCA de volta na meta. O BC apresenta uma análise numérica, com o uso de instrumentos matemáticos e estatísticos, que decompõe os fatores que levaram ao estouro da meta.

A seca, que afetou negativamente os preços dos alimentos, teve um papel importante, com um impacto de 0,38 ponto percentual na inflação de 2024. A alta do dólar deu uma contribuição mais expressiva, de 1,21



## CLIPPING

DATA

13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ponto percentual. O sobreaquecimento da economia teve peso relevante, com um impacto de 0,49 ponto. A inércia inflacionária (0,52 ponto) e a desancoragem das expectativas (0,3 ponto) também foram fatores preponderantes.

Corretamente, a autoridade monetária se restringe à análise técnica do descumprimento da meta, sem nomear os responsáveis. Mas seria um erro entender todos esses eventos como exógenos, ou seja, como acontecimentos fora do controle do BC e do próprio governo. A inflação acima da meta é resultado também das decisões sobre a taxa de juros tomadas pelo próprio BC, do conjunto da política econômica adotada pelo governo e do ambiente político em que a autoridade monetária operou. Houve acontecimentos fora do controle direto das autoridades de Brasília, como a seca, que contribuiu para uma alta de 8,22% nos preços do grupo alimentação e bebidas. Uma parte da desvalorização cambial de 21,8% ocorrida em 2024 pode ser atribuída aos cortes menos profundos do que o esperado na taxa de juros pelo Federal Reserve (Fed).

Choques inesperados de oferta, como esses, ocorrem corriqueiramente, e, ao BC, nada resta além de acomodá-los no intervalo de tolerância da meta - além de combater os seus efeitos secundários, evitando que se espalhem para outros preços da economia. Não teria havido o estouro do teto da meta se a pressão inflacionária se restringisse a esses fatores. Mas houve danos autoinfligidos. A carta aberta reconhece, acertadamente, que a significativa depreciação cambial "decorreu principalmente de fatores domésticos". Ou seja, da percepção dos mercados de que o governo não está disposto a apresentar um plano crível para gerar os superávits primários necessários para, num horizonte razoável, estabilizar e reduzir a dívida bruta.

“O crescimento da atividade econômica, que surpreendeu para cima ao longo do ano, foi forte e também contribuiu para a inflação acima do intervalo de tolerância”, completa o documento. A demanda agregada cresceu acima da capacidade de oferta em decorrência da expansão fiscal, da força do mercado de trabalho e do vigoroso crescimento do crédito bancário e do mercado de capitais. Esses fatores são decorrentes de escolhas de política econômica. Em todas as circunstâncias, estava ao alcance da política de juros agir de forma contracíclica.

O custo para desinflacionar a economia é mais alto em virtude da desancoragem das expectativas de inflação e da inércia inflacionária do ano anterior. Os participantes do mercado estão céticos sobre a possibilidade de o BC cumprir o centro da meta de inflação sem o controle das contas públicas. Ataques ao BC das alas políticas do governo, incluindo o presidente Lula, levantaram dúvidas sobre se a política monetária seria autônoma o suficiente para executar o seu trabalho. Na carta aberta, Galípolo repassa o plano para recolocar a inflação na meta, que já é conhecido. O Copom do BC iniciou, em dezembro, um choque de juros, que levará a Selic a 14,25% ao ano até março. Os especialistas já esperam que o aperto siga até meados do ano, com uma taxa de 15% ao ano. O BC passa o recado de que, independentemente das origens da inflação, a política monetária é eficaz para equacionar o problema.

Os modelos de projeção do Copom sugerem que, seguindo essa estratégia, a inflação vai cair à meta no final de 2026, com um custo mínimo em termos de perda de atividade. A desaceleração tende a ser gradual, sem recessão, com um nível de ociosidade da economia estimado em 0,6% do PIB potencial em meados de 2026. Esse pouso suave da economia assume como premissa que o governo vai fazer a sua parte, reduzindo os estímulos à economia por meio do cumprimento das metas de resultado primário e dos limites do arcabouço fiscal. Ainda assim, a incerteza fiscal tende a perdurar, já que os compromissos assumidos pelo governo são insuficientes para conter a trajetória insustentável da dívida pública. Isso deixa a economia vulnerável a

novos choques negativos que podem aumentar ainda mais os custos para o BC baixar a inflação para a meta definida pelo governo.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 13.01.2025– PÁG. E1**

**União terá que enfrentar R\$ 698,7 bi em disputas tributárias no Supremo**

No ano passado, o governo venceu a maioria dos julgamentos realizados nos tribunais superiores

*Marcela Villar / Flávia Maia*

A União saiu vitoriosa na maioria dos julgamentos tributários realizados nos tribunais superiores em 2024. Venceu 18 de um total de 23 casos relevantes e evitou perdas bilionárias aos cofres públicos - em apenas três casos, o impacto somado era de R\$ 86,1 bilhões. Ainda há, contudo, só no Supremo Tribunal Federal (STF), outros 27 processos que devem ser discutidos, o que deixa a Fazenda Nacional exposta a um risco fiscal de pelo menos R\$ 698,7 bilhões.



Dois desses 27 casos são teses filhotes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, a chamada “tese do século”, julgada em 2017 pelo STF. Derivam desse tema a exclusão do ISS do PIS/Cofins, discussão reiniciada no plenário físico, mas que há maioria favorável aos contribuintes se considerados os votos da sessão virtual (Tema 118). É um dos principais temas acompanhados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Também pode ser julgada a exclusão do PIS e da Cofins das suas próprias bases de cálculo (Tema 1067). Ambos têm impacto de R\$ 101,1 bilhões.

O julgamento de maior valor, porém, é o que pode custar R\$ 325 bilhões aos cofres da União. Trata da necessidade de lei complementar para a cobrança de PIS e Cofins sobre importação. Hoje a exigência é feita por lei ordinária, a nº 10.865/2004, que teve quórum simples de aprovação no Congresso (Tema 79). Outra ação relevante é a que questiona os limites de dedução de gastos com educação no Imposto de Renda (ADI 4927), que pode tirar R\$ 115 bilhões do governo federal. Há ainda um caso da Vale que analisa o uso de tratados para evitar bitributação de suas controladas no exterior, com impacto de R\$ 22 bilhões. Existem, no processo da Vale, dois votos em linhas contrárias. O julgamento foi interrompido por pedido de vista e será retomado no Plenário Virtual no dia 7 de fevereiro (RE 870214). Também é uma das prioridades do ano para a PGFN e a própria procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, despachou com todos os ministros sobre esse caso.



## CLIPPING

DATA

13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Outro tema que estará no radar da PGFN é a exigibilidade do PIS e da Cofins sobre as receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras das reservas técnicas de seguradoras (Tema 1309). Em junho, o relator, ministro Dias Toffoli, deu liminar suspendendo a cobrança, confirmada em setembro pela 1ª Turma. Também foi reconhecida a repercussão geral.

A estimativa de impacto é R\$ 5,28 bilhões em cinco anos. “Além de tudo, esse processo está com uma decisão ruim para a Fazenda”, afirma Anelize, que neste ano pretende alterar a equipe que atua no STF. O novo coordenador-geral da equipe é Euclides Sigoli Junior, que atuava na 1ª Região. Segundo Anelize, Sigoli chega com duas missões: integrar a equipe de STF com as das demais instâncias e aumentar as informações sobre as ações e as probabilidades de êxito. “Quero saber como vota cada ministro do Supremo a partir da análise jurimétrica das decisões anteriores. Em tema X, qual é a chance da gente [PGFN] ganhar?”, explica a procuradora.

A maioria dos casos não tem estimativas de impacto previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. Os dados dos processos são de um levantamento feito a pedido do Valor pelo escritório Machado Associados. Em relação a 2024, os contribuintes venceram, no STF, uma disputa de R\$ 6 bilhões. Os ministros afastaram o Imposto de Renda (IRPF) sobre rendimentos de aposentadoria e pensão enviados a residentes no exterior (Tema 1174). Também foi comemorada a vitória na redução do teto de 150% para 100% para as multas qualificadas em processos administrativos (Tema 1174). Elas ainda podem chegar a 150%, mas só quando houver reincidência.

O julgamento mais valioso para o governo em 2024 foi o do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), no STF. O risco estava estimado em R\$ 49,9 bilhões. Em outubro, os ministros confirmaram que o Executivo pode reduzir livremente as alíquotas do benefício fiscal. O programa, criado em 2011, reembolsa a exportadores parte da carga tributária que não pode ser aproveitada ao longo da cadeia produtiva (ADI 6040). Também foi relevante para os cofres públicos a decisão que validou, por maioria, a incidência do PIS e da Cofins sobre as receitas auferidas com a locação, por empresas, de bens móveis e imóveis. Os contribuintes tentavam evitar que os tributos federais fossem cobrados sobre todo o faturamento por ausência de previsão legal, pois a locação dos bens não configura nem venda de mercadoria nem prestação de serviço. A tese não foi acatada, o que evitou perdas de R\$ 36,2 bilhões para a União (Tema 630 e Tema 684).

Mais recentemente, a PGFN venceu discussão sobre a cobrança das contribuições sociais nos rendimentos auferidos com aplicações financeiras de entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs). O placar foi apertado em 6 votos a 5 (Tema 1280). Para tributaristas, foi no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que os casos mais relevantes foram julgados. Seja pela quantidade de teses em recurso repetitivo fixadas, isto é, decisões que devem ser aplicáveis para todo o Judiciário, ou pela quebra de expectativa em relação à jurisprudência. A principal delas, na visão dos especialistas, foi a derrubada do limite das contribuições pagas pelas empresas ao Sistema S - Sesc, Senai, Sesi e Senac (Tema 1079).

A 1ª Seção decidiu que a base de cálculo das “contribuições de terceiros” ou “parafiscais” não deve ficar restrita a 20 salários mínimos (hoje R\$ 28,2 mil). Com isso, a carga tributária, que vai até 5,8%, deve incidir sobre toda a folha salarial das companhias. O impacto da tese se o governo perdesse, seria de R\$ 11,7 bilhões. Ainda há, contudo, um recurso ao STF pendente de análise. Segundo Renato Silveira, do Machado Associados, ainda há uma série de questionamentos, pois o STJ deixou de fora da tese outros tipos de



## CLIPPING

DATA  
13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
24 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

contribuições, como a do Inkra. “Temos nos deparado com decisões das mais variadas. Tem tribunal aplicando e negando a mesma modulação para as demais contribuições. Do jeito que está, o tema criou uma insegurança jurídica muito grande”, afirma ele, acrescentando que o melhor seria uma nova paralisação dos casos para buscar uma adequação.

Para os contribuintes, de acordo com a advogada Ariane Guimarães, do Mattos Filho, uma vitória relevante foi a decisão contra a tributação dos planos de opção de compra de ações - os chamados “stock options plans” (REsp 2069644 e REsp 2074564). Ela ainda cita o caso da exclusão do ICMS-ST na base do PIS e Cofins, que teve acórdão publicado e modulação julgada em 2024 (REsp 1896678 e REsp 1958265). “Foi decidido que não precisa ser demonstrada a repercussão econômica pelo substituído porque ela já é implícita”, diz. “Foi afastado um obstáculo que poderia prejudicar os contribuintes, previsto no artigo 166.”

Ela destaca também o julgamento, no STF, dos embargos de declaração na quebra automática de decisões tributárias definitivas - a “coisa julgada” (Temas 881 e 885) -, em que foi acatado um dos pedidos das empresas para afastar a multa. E a tributação previdenciária sobre o terço de férias (Tema 985). “Foi um dos casos mais emblemáticos [terço de férias], porque o STF modulou os efeitos a favor dos contribuintes por conta da alteração de jurisprudência considerando outro tribunal, o STJ, que tinha julgado em 2010”, afirma. Para este ano, um dos casos mais esperados no STJ é a discussão sobre tributação de crédito presumido de ICMS na base do IRPJ e CSLL, que está em análise para ser afetado como recurso repetitivo. Discussão similar está no STF, sobre o PIS e a Cofins (Tema 843).

Segundo o advogado Bruno Teixeira, do TozziniFreire, existe precedente no STJ sobre o tema, com relação a IRPJ e CSLL, favorável ao contribuinte, mas não em repetitivo, em que se analisou os demais benefícios fiscais, mas o desfecho não foi favorável. “Se imaginou que a questão estava pacificada no STJ, mas ainda existe muita controvérsia, principalmente depois da alteração da Lei nº 14.789, do final do ano retrasado, que revogou o artigo 30”, diz.

Outro tema relevante envolve a autorização que o STJ e STF deram às ações rescisórias da União contra decisões favoráveis dos contribuintes relacionados à “tese do século”, entre o julgamento de mérito, em 2017, e a modulação dos efeitos, em 2021. “Embora o STJ e STF tenham julgado e sinalizado de forma positiva para a União, o dispositivo que autoriza o ajuizamento da ação também está sendo discutido no STF”, afirma Teixeira. “Se ele for declarado inconstitucional, essa autorização dada pelo STF e STJ cai”, diz ele, citando o artigo 535 do Código de Processo Civil, que é discutido na ação (AR 2876).

Para a PGFN, a redução dos valores no anexo de riscos fiscais da LDO é fruto da “solidez das teses que defende perante o Poder Judiciário”. Diz, em nota, que a expectativa para este ano é “concluir de forma consensual litígios judiciais, por meio da transação tributária” - como o Programa de Transação Integral (PTI), que permite acordos em 17 teses. “Acreditamos que a negociação e o diálogo são ferramentas para a resolução de conflitos e para a construção de um ambiente tributário mais justo e transparente”, afirma.

## Vitórias da AGU no Judiciário somam R\$ 1 trilhão

Reviravoltas a favor da União, como no julgamento das teses da revisão da vida toda e da correção das contas do FGTS, ajudaram

*Flávia Maia*



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu importantes vitórias no Judiciário em 2024 que vão evitar perdas de mais de R\$ 1,097 trilhão aos cofres públicos - maior quantia registrada nos últimos seis anos. Para se ter uma dimensão, o valor, que não inclui casos tributários, corresponde a quase 10% da projeção do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024. Os êxitos da Advocacia-Geral da União (AGU) no Supremo Tribunal Federal (STF) ajudaram a subir os números, em especial, em reviravoltas a favor da União, como ocorreu no julgamento das teses da revisão da vida toda e

da correção das contas do FGTS. Em 2024, a taxa de sucesso de decisões favoráveis à União no STF foi 76,2% em um universo de 2.798 decisões judiciais - estão excluídas desta taxa as ações de controle concentrado como as ações diretas de inconstitucionalidade.

Essas vitórias na Justiça ajudam na meta fiscal porque impedem desembolsos futuros que a União teria caso perdesse as ações. No entanto, a AGU e especialistas ponderam que os cálculos são feitos levando em consideração os piores cenários, o que pode inflar os números. Na direção do atual advogado-geral da União, Jorge Messias, a orientação é para que sejam priorizados processos com impacto fiscal, o que ajuda a explicar o salto nos valores. “O resultado mostra o empenho da AGU em colaborar com o esforço fiscal do governo. Temos trabalhado de forma alinhada com o Ministério da Fazenda para assegurar que as contas públicas estejam estruturadas”, afirma Messias.

Nos dois primeiros anos do governo Lula, o impacto econômico gerado por vitórias da União no Judiciário foi 49,16% maior do que nos dois primeiros anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, conforme os dados presentes nos relatórios de gestão da AGU. Especialistas consultados pelo Valor indicam que o aumento pode ser relacionado à postura política diferente da atuação da AGU nos dois governos, seja por diálogo maior do governo Lula com ministros do STF em comparação com o governo Bolsonaro, seja por escolhas sobre o que litigar na Justiça. “Além do diálogo entre o advogado-geral e os ministros, o que torna o fluxo processual mais facilitado, a gente tem outro fator que é a diretriz governamental. O governo anterior tinha uma linha de liberalismo econômico extremado, fazia com que a advocacia pública abdicasse de créditos a que o estado tinha direito”, explica Volgane Carvalho, professor da PUC-MG.

Para Eloísa Machado, professora da FGV, a atuação da AGU no governo Bolsonaro focou em defender suas políticas. “Até mesmo as evidentemente inconstitucionais, como desmatamento.” Cinco processos ajudaram a AGU a chegar ao impacto econômico de R\$ 1 trilhão. Um deles é o da correção do FGTS, que estava avaliado em R\$ 543 bilhões. Nesse caso, a articulação de Messias foi imprescindível - o advogado enumerou



**CLIPPING**

DATA  
13.01.2025

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
26 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

uma série de impactos econômicos e sociais em plenário, como o financiamento de obras privadas e públicas. Mas a cartada final foi a apresentação horas antes do julgamento de um acordo firmado entre o governo e as centrais sindicais para manter o mesmo índice de correção (Taxa Referencial + 3%), mas garantindo que ela não fosse inferior à inflação. Pela proposta do relator, Luís Roberto Barroso, e que já tinha adesão de outros ministros, o FGTS deveria render como a poupança, uma perda parcial para a União.

A revisão da vida toda foi outra vitória da União. Embora ainda existam recursos, a União já contabiliza o impacto de R\$ 500 bilhões a seu favor. Nesse caso, os aposentados chegaram a vencer no próprio STF por meio de um recurso extraordinário e poderiam escolher a melhor forma de cálculo da aposentadoria. Meses depois, no julgamento de outra ação, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), o STF acolheu os argumentos da União e derrubou a revisão da vida toda ao entender pela validade da lei que a instituiu. O advogado João Badari, diretor de demandas judiciais do Instituto de Estudos Previdenciários (IEPREV), lembra que o processo da revisão da vida toda ainda não terminou e que a União insuflou os números ao calcular a possibilidade de 50 milhões de possíveis ações quando existem apenas 100 mil tramitando. “A grande questão debatida em plenário foram os custos da revisão da vida toda. Nós levamos estudos elaborados por especialistas que apontavam custo de R\$ 3 bilhões em 10 anos, enquanto a AGU apontava R\$ 480 bilhões.”

Na avaliação do advogado Leonardo Pessoa, as cifras altas de impacto trazidas pela União nos processos contribuem para sensibilizar os ministros. Pessoa lembra que a União utiliza com frequência da tese da reserva do possível, ou seja, que o Estado tem recursos finitos e precisa administrá-los pensando no bem-estar social. “O Supremo hoje é pacífico de que, analisando a situação econômica, ele vai dar decisões favoráveis em saúde e educação.” Consta ainda na lista das ações que ajudaram no bom desempenho da União, a continuidade temporária dos aterros sanitários em áreas de proteção permanente, cujo impacto estimado era de R\$ 49 bilhões. Além dos acordos de conciliação relacionados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), no valor de R\$ 12,2 bilhões.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 13.01.2025 – PÁG. E2**

**2024: o ano da tributação em transição**

Interessante notar como as discussões constitucionais-tributárias deixaram de ser binárias para permitir que o STF possa intermediar soluções para acomodar as partes, chanceladas por um selo de constitucionalidade

*Eduardo Maneira*

O ano de 2024 consolida uma posição do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às lides tributárias: as audiências públicas e as câmaras de conciliação. A prática se iniciou em 2022, na ADI 7191, de relatoria do ministro Gilmar Mendes, que homologou acordo de compensação das perdas do ICMS sobre combustíveis. É que a Lei Complementar nº 194/2022, ao considerar combustíveis como bem essencial, para fins de incidência do ICMS, gerou uma significativa perda para os Estados, estimada em R\$ 27 bilhões. De outro lado, com a alíquota menor do ICMS, o valor dos combustíveis baixou, refletindo no índice da inflação. Assim, o ministro Gilmar Mendes criou um grupo de trabalho com representantes da União e dos Estados, cujo resultado foi o de manter a carga tributária e compensar os Estados pelas perdas.

Depois dessa exitosa experiência, a conciliação, até então impensável no âmbito de ação de controle concentrado, tornou-se uma realidade. Cito outros três exemplos. Na ADI 5553, de autoria do PSOL, que questiona os incentivos tributários de defensivos agrícolas, o plenário do STF decidiu suspender o julgamento para fixar um prazo de 90 dias, depois alargado para 180 dias, para que o Poder Executivo da União e dos Estados, apresentem em relação ao IPI e ao ICMS, respectivamente, avaliações sobre a política de benefícios fiscais, com seus objetivos e resultados.



Na ADI 7633, em que se discutia a constitucionalidade da prorrogação da desoneração da folha, o Supremo concedeu prazo para que o Congresso Nacional, o setor produtivo e o governo federal chegassem a um termo quanto ao cumprimento das regras de renúncia fiscal. Solução semelhante foi adotada na ADI 7353, em 2023, em que se pedia a declaração de inconstitucionalidade da reinstituição do voto de qualidade no âmbito do Carf, e na qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou ao ministro Dias Toffoli o pedido de reconhecimento da constitucionalidade da norma, desde que fossem cumpridos pressupostos constantes de acordo feito entre a OAB e o governo federal. Manteve-se o voto de qualidade a favor do Fisco, mas assegurou-se ao contribuinte garantias antes não previstas, sendo a mais relevante a exclusão da multa, na hipótese da derrota se dar pelo voto de qualidade.

Interessante notar como as discussões constitucionais-tributárias deixaram de ser binárias para permitir que o STF possa intermediar soluções para acomodar as partes, chanceladas por um selo de constitucionalidade. O impacto dessa nova função do tribunal ainda há de ser mais bem compreendido e assimilado, mas, pelos precedentes citados, pode oferecer diversas vantagens, como: a) soluções mais ágeis em comparação aos processos judiciais tradicionais; b) acordos que se adaptam às necessidades das partes envolvidas; c) a promoção de soluções consensuais contribui para a diminuição de conflitos.

No tema do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, o Supremo decidiu que “cabe ação rescisória para adequação de julgado à modulação temporal dos efeitos da tese de repercussão geral fixada no julgamento do RE 574706 (Tema 69/RG)”. Ou seja, aquelas ações ajuizadas entre o julgamento de mérito e transitadas antes do julgamento da modulação de efeitos, poderão ter seus efeitos restringidos em ação rescisória ajuizada pela Fazenda Nacional. Há certos temas que nunca acabam. É de ser destacado, ainda, o julgamento que reconheceu a validade do Decreto nº 11.374, de 01/01/2023, que revogou o Decreto nº 11.322, de 30/12/2022, que reduzia as alíquotas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras (ADC 84 e ADI 7342). Argumentou-se que não haveria ofensa à segurança jurídica porquanto a norma foi revogada no mesmo dia em que produziria efeitos, não criando nenhuma expectativa legítima. Trata-se de julgamento que excepciona a anterioridade tributária e, embora as circunstâncias fáticas sejam peculiares, o precedente é preocupante.

Merece também destaque o julgamento do RE 736.090 que limitou as multas por sonegação, fraude ou conluio a 100% da dívida tributária. Ainda que a Lei nº 14.689/23 já tenha trazido a limitação a 100%, fato é



## CLIPPING

DATA

13.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

28 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

que o precedente impacta em diversas cobranças estaduais que extrapolam o limite. Ainda vale registrar que o STF decidiu várias questões relativas à imunidade tributária recíproca: 1) Decidiu que uma distribuidora de energia elétrica não tem direito à imunidade de IPTU (RE 1433522); 2) suspendeu a cobrança de IPVA de veículos da Infraero feita pelo Estado de Alagoas (ACO 1621); e 3) impediu o Distrito Federal de cobrar impostos da DataPrev (MC na ACO 3667).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) igualmente teve um ano muito produtivo em matéria tributária. Merecem destaque as seguintes decisões da 1ª Seção: a) a que afastou a tributação de PIS e Cofins sobre as receitas de interconexão de redes das empresas de telefonia (REsp 1599065); b) a que decidiu que o reembolso de ICMS-ST não gera crédito de PIS e Cofins (REsp 1959571 e outros); c) que a TUST e a TUSD compõem a base de cálculo do ICMS (ERESP 1163020 e outros); d) que não há crédito de PIS e Cofins sobre frete de veículos para revenda (REsp 1594428); e) por fim, a decisão que entendeu que integra a base de cálculo do PIS e da Cofins as despesas das instituições financeiras com a contratação e correspondentes bancários (AREsp 2001082).

Sobre a tributação da renda, destaca-se o Tema 1226, em que a 1ª Seção definiu que o stock option plan (SOP) tem caráter mercantil e fixou duas teses: 1) não incide IRPF quando da aquisição das ações junto à companhia; e 2) o imposto incide quando o adquirente vier a vender com ganho de capital. Que venha 2025!